



JORNAL OFICIAL

Quarta-feira, 17 de janeiro de 2024



Série

Número 11

Sumário

SECRETARIA REGIONAL DE ECONOMIA, MAR E PESCAS

Edital n.º 2/2024

Pedido da ACRIA - ASSOCIAÇÃO DE CULTURA E INOVAÇÃO ARTÍSTICA, com o número de identificação de pessoa coletiva 517130564, com sede na Estrada Monumental n.º 14, 9000-089 Funchal, com vista à atribuição do direito de utilização privativa de uma parcela de domínio público marítimo sob jurisdição da APRAM, S.A., com a área de 9,00 m2, localizada no passeio existente na zona Oeste da Avenida do Mar e das Comunidades Madeirenses, destinada à colocação de um quiosque ou espaço equivalente para a divulgação de eventos no âmbito do exercício de atividade de natureza museológica, incluindo a venda dos respetivos ingressos.

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

Aviso n.º 19/2024

Abertura de procedimento concursal destinado ao preenchimento de um lugar de Cargo de Direção Intermédia de 2.º grau da Divisão de Avaliação e Apoio Técnico, da Direção Regional do Património.

Aviso n.º 20/2024

Abertura procedimento concursal destinado ao preenchimento de um lugar de Cargo de Direção Intermédia de 2.º grau da Divisão de Fiscalização e Acompanhamento Patrimonial, da Direção Regional do Património.

SECRETARIA REGIONAL DE TURISMO E CULTURA

Aviso n.º 21/2024

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, sujeito a período experimental, com Giovanni Ribeiro Giorgetti, no âmbito do procedimento concursal comum, para o preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de Técnico Superior, com licenciatura em História/História da Arte, ficando o trabalhador afeto ao mapa de pessoal da Direção Regional da Cultura / Direção de Serviços de Património Cultural.

Aviso n.º 22/2024

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, sujeita a período experimental, com Jéssica Vanessa Gomes Silva, no âmbito do procedimento concursal comum, para o preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de Técnico Superior, com licenciatura em História/História da Arte, ficando a trabalhadora afeta ao mapa de pessoal da Direção Regional da Cultura / Direção de Serviços de Museus e Centros Culturais / Museu Quinta das Cruzes.

Aviso n.º 23/2024

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, sujeito a período experimental, com João Ricardo Faria de Gouveia, no âmbito do procedimento concursal comum, para o preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de Técnico Superior, com licenciatura em História/História da Arte, ficando o trabalhador afeto ao mapa de pessoal da Direção Regional da Cultura / Direção de Serviços de Museus e Centros Culturais / Áreas Musealizadas do Convento de Santa Clara - Monumento Visitável.

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

Aviso n.º 19/2024

Sumário:

Abertura de procedimento concursal destinado ao preenchimento de um lugar de Cargo de Direção Intermédia de 2.º grau da Divisão de Avaliação e Apoio Técnico, da Direção Regional do Património.

Texto:

Em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto; 64-A/2008, de 31 de dezembro; 3 B/2010, de 28 de abril; 64/2011, de 22 de dezembro; 68/2013, de 29 de agosto, e, 128/2015, de 3 de setembro, e adaptada à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 27/2006/M, de 14 de julho, e 27/2016/M, de 6 de julho, torna-se público que, por despacho de Sua Excelência o Secretário Regional das Finanças, de 16 de janeiro de 2024, se encontra aberto procedimento concursal destinado ao preenchimento de um lugar de cargo de direção intermédia de 2.º grau, da Direção Regional do Património.

- a) Cargo dirigente a prover: Cargo de Direção Intermédia de 2.º grau da Divisão de Avaliação e Apoio Técnico, previsto no artigo 6.º-A do Despacho n.º 171/2023, de 4 de maio, aditado ao Despacho n.º 443/2020, de 18 de novembro;
- b) Área de atuação: As constantes do n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, e as competências previstas no artigo 6.º-A do Despacho n.º 171/2023, de 4 de maio, aditado ao Despacho n.º 443/2020, de 18 de novembro;
- c) Área de recrutamento e requisitos legais de provimento: Licenciatura e os constantes do n.º 1 do art.º 3.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, aditado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2006/M, de 14 de julho, e alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2016/M, de 6 de julho, a saber:
 - i) Ser trabalhador em funções públicas por tempo indeterminado;
 - ii) Possuir 4 anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível licenciatura.
- d) Perfil pretendido:
 - i) Experiência na área de atribuições da Divisão de Avaliação e Apoio Técnico, previsto no artigo 6.º-A do Despacho n.º 171/2023, de 4 de maio, aditado ao Despacho n.º 443/2020, de 18 de novembro;
 - ii) Boa capacidade de coordenação e liderança;
 - iii) Orientação para a mudança;
 - iv) Capacidade de planeamento e orientação;
 - v) Sentido crítico;
 - vi) Representação institucional (capacidade para representar a organização em grupos de trabalho, reuniões ou eventos).

1. Apresentação de candidatura: A candidatura ao presente procedimento concursal é apresentada no prazo máximo de dez dias contados do dia seguinte ao da publicação do presente aviso, através de requerimento dirigido ao Secretário Regional das Finanças.

2. Documentos a juntar ao requerimento:

2.1. O requerimento de admissão ao procedimento concursal deve ser acompanhado da seguinte documentação, sendo que a falta de qualquer elemento determinará a exclusão:

- a) *Curriculum Vitae* detalhado, devidamente datado e assinado;
- b) Fotocópia do certificado de habilitações literárias;
- c) Documento comprovativo dos requisitos previstos no n.º 1 do artigo 3.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, aditado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2006/M, de 14 de julho, e alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2016/M, de 6 de julho, a saber, declaração emitida pelo órgão, serviço ou entidade onde o trabalhador exerce funções, onde conste a natureza do vínculo de emprego público por tempo indeterminado, data da sua constituição e cargo, carreira ou categoria e atividade que executa, com indicação do tempo de serviço prestado na área de licenciatura.

2.2. Os candidatos devem ainda juntar:

- a) Documentos comprovativos das ações de formação profissional em que participou, se for o caso;
- b) Documentos comprovativos da experiência profissional e dos conhecimentos que constituem condições preferenciais para o preenchimento do cargo.

3. Procedimento concursal:

- a) Métodos de seleção: O método de seleção a utilizar no presente procedimento é a Entrevista Pública (EP).
- b) Júri do procedimento concursal:

Presidente:

- Dr. Pedro Vicente Pereira de Macedo, Subdiretor Regional do Património, da Secretaria Regional das Finanças.

Vogais:

- Dra. Ana Paula Sousa Brazão, Diretora de Serviços do Gabinete de Recursos Humanos do Gabinete da Secretaria Regional das Finanças, que substitui o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos;
- Dra. Helena Verónica Ribeiro de Sousa, Diretora de Serviços de Gestão Financeira, da Direção Regional do Património, da Secretaria Regional das Finanças.

Vogais suplentes:

- Dra. Cláudia Patricia Gonçalves Nóbrega, Chefe de Divisão de Regularização Patrimonial, da Direção Regional do Património, da Secretaria Regional das Finanças;
- Dra. Isabel Maria Vieira Freitas Gomes, Chefe de Divisão de Expropriações, da Direção Regional do Património, da Secretaria Regional das Finanças.

Secretaria Regional das Finanças, 16 de janeiro de 2024.

A CHEFE DO GABINETE, Ana Soares de Freitas

Aviso n.º 20/2024

Sumário:

Abertura procedimento concursal destinado ao preenchimento de um lugar de Cargo de Direção Intermédia de 2.º grau da Divisão de Fiscalização e Acompanhamento Patrimonial, da Direção Regional do Património.

Texto:

Em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto; 64-A/2008, de 31 de dezembro; 3 B/2010, de 28 de abril; 64/2011, de 22 de dezembro; 68/2013, de 29 de agosto, e, 128/2015, de 3 de setembro, e adaptada à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 27/2006/M, de 14 de julho, e 27/2016/M, de 6 de julho, torna-se público que, por despacho de Sua Excelência o Secretário Regional das Finanças, de 16 de janeiro de 2024, se encontra aberto procedimento concursal destinado ao preenchimento de um lugar de cargo de direção intermédia de 2.º grau, da Direção Regional do Património.

- a) Cargo dirigente a prover: Cargo de Direção Intermédia de 2.º grau da Divisão de Fiscalização e Acompanhamento Patrimonial, previsto no artigo 6.º-B do Despacho n.º 171/2023, de 4 de maio, aditado ao Despacho n.º 443/2020, de 18 de novembro;
 - b) Área de atuação: As constantes do n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, e as competências previstas no artigo 6.º-B do Despacho n.º 171/2023, de 4 de maio, aditado ao Despacho n.º 443/2020, de 18 de novembro;
 - c) Área de recrutamento e requisitos legais de provimento: Licenciatura e os constantes do n.º 1 do art.º 3.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, aditado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2006/M, de 14 de julho, e alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2016/M, de 6 de julho, a saber:
 - i) Ser trabalhador em funções públicas por tempo indeterminado;
 - ii) Possuir 4 anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível licenciatura;
 - d) Perfil pretendido:
 - i) Experiência na área de atribuições da Divisão de Fiscalização e Acompanhamento Patrimonial, nomeadamente as previstas no artigo 6.º-B do Despacho n.º 171/2023, de 4 de maio, aditado ao Despacho n.º 443/2020, de 18 de novembro;
 - ii) Boa capacidade de coordenação e liderança;
 - iii) Orientação para a mudança;
 - iv) Capacidade de planeamento e orientação;
 - v) Sentido crítico;
 - vi) Representação institucional (capacidade para representar a organização em grupos de trabalho, reuniões ou eventos).
1. Apresentação de candidatura: A candidatura ao presente procedimento concursal é apresentada no prazo máximo de dez dias contados do dia seguinte ao da publicação do presente aviso, através de requerimento dirigido ao Secretário Regional das Finanças.
 2. Documentos a juntar ao requerimento:
 - 2.1. O requerimento de admissão ao procedimento concursal deve ser acompanhado da seguinte documentação, sendo que a falta de qualquer elemento determinará a exclusão:
 - a) *Curriculum Vitae* detalhado, devidamente datado e assinado;
 - b) Fotocópia do certificado de habilitações literárias;
 - c) Documento comprovativo dos requisitos previstos n.º 1 do artigo 3.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, aditado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2006/M, de 14 de julho, e alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2016/M, de 6 de julho, a saber, declaração emitida pelo órgão, serviço ou entidade onde o trabalhador exerce funções, onde conste a natureza do vínculo de emprego público por tempo indeterminado, data da sua constituição e cargo, carreira ou categoria e atividade que executa, com indicação do tempo de serviço prestado na área de licenciatura.
 - 2.2. Os candidatos devem ainda juntar:
 - a) Documentos comprovativos das ações de formação profissional em que participou, se for o caso;
 - b) Documentos comprovativos da experiência profissional e dos conhecimentos que constituem condições preferenciais para o preenchimento do cargo.